

## Ata 5ª Reunião do GAEPE Arquipélago do Marajó

**Reunião:** Videoconferência pela Plataforma GOOGLE MEET

**Data:** 13/12/2022. Início: 09:00 hs

**Participantes:** ALEPA (Dalva Araújo), AMAM (Raquel Ribeiro), ARTICULE (Alessandra Gotti, Ismar Cruz), CECAMPE NORTE/UFPA (Afonso Nascimento, Francinei Tavares), IEMCI/UFPA (Eduardo Vieira, Hércio Ferreira, Lilian Pereira), Instituto Âncora Marajó (Meive Piacesi), Instituto Peabiru (Luciana Kellen, Claudio Melo), Instituto Itaú Social (Renato Brizzi, Renata Nobre), MEC (Sérgio Oliveira, Fabricio Storani, Lais Yan), MMFDH (Marisa Romão, Suzana Rabelo), MPCM/PA (Érika Paraense, Marcelo Barros), MPPA (Carlos Eugênio), MPT/PA (Rejane Alves), MONDÓ (Carol Maciel), REÚNA (Nathaly Corrêa), SEMED-Afuá (Kelly Salomão, Neila Guedes), SEMED-Anajás (Thiago Barata, Natan Lima Lobato), SEMED-Bagre (Eliane Farias), SEMED-Breves (Gelly Lima, Valcilene Gama), SEMED-Cachoeira do Arari (Anete Dias, Regina Vilhena), SEMED-Chaves (Delzirene Pantoja, Rafaela Gonçalves), SEMED-Currálinho (Jaime Oliveira, Lígia Sales), SEMED-Gurupá (Messias Souza), SEMED-Melgaço (Eder, Ferreira, Vangela Michiles, Patricia Mota, Civaldo Moreira, Benedito Rocha), SEMED-Muaná (Elde Pereira), SEMED-Salvaterra (Klebson Glória, Adelyne Helena, Dayane Silva, Rayanne Moraes), SEMED-Santa Cruz do Arari (Sidiclei Sacramento), SEMED-São Sebastião da Boa Vista (Jefferson Patrick, Junielson Farias, Francinaldo Rodrigues), SEMEC-Soure (Clara Santos, Liz Carla Castro, Catiléia Paixão, Carla Ramirez), TCM/PA (Cezar Colares, Adriana Oliveira, Rosana Gama, Sérgio Bacury, Silvia Miralha, Marinice Pureza, Miryam Albim, Luis Otávio, Elen Moraes, Diego Estácio, Dirson Neto, Josiane Parijós, Ana Cristina, Everaldo Lino, Andressa Silva, Ailton Lima), UEPA (João Colares), UFPA (Flávia Lemos), UNICEF (Nayana Góes), Prelazia do Marajó, Silvia Farias, Luan Sidônio, Iranilda Ferreira, Creuziane Pedrosa, Angélica Assis, Antônio Santos, Valeria Cristina, Eri Farias.

**Alessandra Gotti** (ARTICULE) deu as boas-vindas aos participantes. Em seguida, **Marisa Romão** (MMFDH) informou que no dia 20/12/2022 será realizado um evento em Belém, na FAEPA, para entrega de veículos e o lançamento e a assinatura da adesão de municípios ao Programa do BNDES - Saneamento Básico nas Escolas, e convidou os municípios do Marajó e o TCM/PA à participação. **Francinei Tavares** e **Afonso Nascimento** (CECAMPE NORTE UFPA) informaram que nos dias 21 e 22/12/2022 será realizado em Belém, no Campus do Guamá da UFPA, o I Seminário do CECAMPE Norte – Pará, em parceria com o FNDE e com a UNDIME/PA, com apresentações, palestras e mesa de debates sobre os Programas de Transporte Escolar (PNATE), Caminho da Escola, e o de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), apresentando diagnósticos e resultados obtidos nos anos de 2021-2022, e discutir as perspectivas para os próximos anos. **Suzana Rabelo** (MMFDH) registrou seus agradecimentos por o apoio dado pelo GAEPE Marajó na realização do evento do Programa Abraça o Marajó ocorrido em Belém, no período de 08 a 10/11/2022, o qual possibilitou a participação de todos os municípios do Marajó, principalmente na área da Educação.

**Cezar Colares** (TCM/PA) informou sobre uma notícia de intervenção judicial no município de Bagre para que, em 30 dias, seja regularizado o sistema municipal de ensino e sejam emitidos os diplomas e a documentação escolar dos alunos, prazo esse inexecutável, e que isso sinaliza problemas possíveis de ocorrerem naqueles cinco municípios do Marajó que ainda não possuem Conselho Municipal de Educação (CME). **Carlos Eugênio** (MPPA) informou que o Ministério Público estadual vem trabalhando junto aos conselhos escolares, procurando solucionar problemas ocorrentes nos bancos, cartórios e Receita Federal, por ocasião da regularização desses conselhos, e que, para facilitar esses procedimentos, foi elaborado junto com a ANOREG uma cartilha com todas as instruções para constituição dos conselhos escolares e sua regularização junto aos cartórios. E existe também um manual sobre conselhos, elaborado pelo próprio Ministério Público. Esses documentos serão disponibilizados aos membros do GAEPE.

**Alessandra Gotti** (ARTICULE) fez um balanço desses seis meses de atividades do GAEPE Arquipélago do Marajó, apresentando, pelos 07 eixos/grupos de trabalho, as ações desenvolvidas, concluídas e em fase

de conclusão, as ações em andamento, as ações que ainda não conseguiram ser iniciadas, e a necessidade de novas parcerias para solucionar as questões ainda pendentes de solução. O quadro descritivo de todas essas ações será enviado para conhecimento dos membros do GAEPE.

**Nayana Góes** (UNICEF) e **Luciana Kellen** (Instituto Peabiru) compartilharam os avanços do Programa Busca Ativa no Marajó, visto que os 17 municípios aderiram ao Selo UNICEF, e com isso se comprometeram a melhorar os seus indicadores sociais durante a vigência da gestão municipal, em especial os indicadores que perpassam pela educação, assistência, saúde mental, e acesso à água potável. O resultado apresentado foi que: a) os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Currallinho, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Portel, Santa Cruz do Arari e Soure ainda não informaram os mobilizadores das áreas da saúde, educação e assistência; b) Soure não realizou o Fórum Comunitário; c) Soure não comprovou a criação do NUCA; d) Chaves, Melgaço e Soure não postaram o Plano do Fórum Comunitário; e) com relação à busca ativa escolar (BEA) e enfrentamento do fracasso escolar, os 17 municípios do Marajó não alcançaram a meta de 40% para matrícula dos alunos até março/2023 (com base no último censo do abandono escolar), e os municípios de Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Currallinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure não apresentaram nenhuma matrícula na plataforma do Selo UNICEF e sequer acessaram essa plataforma, mesmo tendo recebido capacitação presencial em Belém, em agosto/2022, e diversas capacitações virtuais pelo Instituto Peabiru.

As discussões sobre esse item se voltaram para a necessidade de trabalho conjunto pelas instituições componentes do GAEPE Marajó, unindo forças e definindo estratégias de trabalho em conjunto, e, em face disso, ficou definido que em janeiro/2023 deverá ocorrer uma reunião de trabalho, inicialmente entre UNICEF e TCM/PA, para avaliação e definição de uma estratégia em conjunto em cada município, visando ao aperfeiçoamento das atividades, com a participação do UNICEF e demais parceiros da governança, além dos atores locais, como os conselhos de assistência, secretários de assistência, de saúde e os respectivos conselhos, CDMA, e pastoral da criança. Paralelamente a isso, Nayana e Luciana deverão minutar uma nota técnica sobre essas questões, que posteriormente deverá ser enviada pelo GAEPE aos prefeitos municipais.

**Nathaly Corrêa** (REÚNA) fez um balanço das ações desenvolvidas junto ao GAPE, com o objetivo de tornar a avaliação dos alunos uma atividade periódica, e com isso avançar nos resultados da aprendizagem dos alunos do Marajó. Informou que já foram realizados três encontros com os municípios, para apresentação do projeto, apresentação da etapa de descrição de aprendizagem e orientações de uso, e apresentação das avaliações diagnósticas e formativas e orientações de uso. Os materiais a serem utilizados pelos municípios na avaliação dos alunos do ensino fundamental, em português e matemática, foram disponibilizados na pasta do Google Drive. Após a realização dos encontros: a) 15 municípios já aderiram à implementação dos instrumentos de avaliação para o ano de 2023, com exceção de Oeiras do Pará e Ponta de Pedras que ainda não deram retorno; b) Currallinho e Soure que não participaram de nenhum desses encontros; c) 60% dos municípios já relataram que acessaram os conteúdos dos documentos disponibilizados pelo REÚNA; d) 53% já tinham começado o estudos desses documentos; e) a quase totalidade dos municípios acertou a realização da avaliação dos alunos para o início de 2023; f) 73% já têm definido o responsável técnico pela aplicação da avaliação, com exceção de Portel, Chaves, São Sebastião da Boa Vista e Soure. É importante a definição desse responsável ainda neste mês de dezembro, pois ele será o responsável por toda a condução e eficácia do processo no município; g) os municípios optaram pelo modelo 3 de aplicação da avaliação, que tem previsão para a aplicação dos cadernos de avaliação diagnóstica no período de 27 a 31/03/2023, mas Breves, Currallinho e Santa Cruz do Arari ainda não se manifestaram por qual modelo devem adotar, e isto precisa ser definido o mais breve possível; h) de acordo com o cronograma definido, espera-se que seja concluído esse processo avaliativo entre 24/04 e 05/05/2023, com a correção e fechamento das devolutivas após a aplicação das avaliações formativas.

Ficou definido uma reunião de trabalho entre o REÚNA e o TCM/PA no início de janeiro/2023, para que sejam verificadas as pendências ainda existentes e seja definida uma estratégia de ação para que todos os 17 municípios participem efetivamente desse processo avaliativo dos seus alunos.

**Jefferson Patrick** (SEMED-São Sebastião da Boa Vista) apresentou os resultados obtidos pelo levantamento realizado pelo GT 1 do GAEPE sobre a estrutura organizacional das SEMEDs do Marajó. Inicialmente informou que o levantamento foi respondido por 11 municípios, com exceção de Breves, Gurupá, Melgaço, Ponta de Pedras, Salvaterra e Santa Cruz do Arari. Os resultados foram: a) somente em 04 municípios o prédio da SEMED é próprio, em 04 o prédio é alugado, e em 03 municípios o prédio é cedido, muito embora 2/3 dos imóveis das SEMEDs sejam municipais; b) 03 prédios das SEMEDs foram construídos antes do ano de 2000 (o mais antigo é de Muaná), 04 foram construídos entre 2000 e 2010, e os mais recentes são de Currallinho e São Sebastião da Boa Vista; em relação à reforma e/ou recuperação dos prédios das SEMEDs, o mais antigo é o Cachoeira do Arari (2005), sendo que em 2021 foram recuperados os prédios de Afuá, Chaves, Muaná e Portel; c) No caso de haver necessidade e interesse em ampliar o prédio da SEMED, há possibilidade de ocorrer em quase todos os municípios, com exceção de Afuá, Muaná e São Sebastião da Boa Vista; d) os prédios das SEMEDs de Bagre, Oeiras do Pará, Portel, São Sebastião da Boa Vista e Soure apresentam problemas na sua estrutura física, e essa situação é grave em Cachoeira do Arari e em Muaná; e) em Bagre, Oeiras do Pará, São Sebastião da Boa Vista e em Soure somente alguns setores estão instalados no prédio da Secretaria, exigindo a ocupação de outros imóveis; f) em todas as SEMEDs há acesso à Internet, mas o seu funcionamento é precário em Cachoeira do Arari, Currallinho, Portel e Soure, e restrito em Anajás e Bagre; g) inexistente rede lógica em Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari e Soure. Nos demais municípios existe rede lógica, mas o seu funcionamento é precário, ou restrito, ou apresenta algum tipo de problema, ou até mesmo grave problema, que é o caso de São Sebastião da Boa Vista. Apenas em Afuá é que a rede lógica funciona sem problemas; h) o acompanhamento das atividades administrativas e pedagógicas pela SEMED junto às escolas da área urbana ocorre em carro próprio e/ou alugado nos municípios de Cachoeira do Arari, Oeiras do Pará, Portel e São Sebastião da Boa Vista. Em Currallinho e Soure é utilizado carro da Prefeitura Municipal. Em 03 municípios é utilizado carro de aluguel, e em 05 municípios a forma de acesso se dá a pé ou por meio de bicicleta, enquanto para as áreas rurais o meio de transporte predominante para acesso às escolas é a lancha/voadeira de aluguel; i) o meio de transporte predominante para levar os produtos da alimentação escolar para as escolas rurais é a lancha/voadeira de aluguel, e na área urbana por meio de ônibus escolar (04 municípios); j) a distribuição dos servidores entre os que possuem cargo administrativo e cargo técnico é homogêneo, com exceção do município de Chaves, que apresenta ter mais do que o dobro de servidores com cargo administrativo do que cargo técnico, e de forma diferente, o caso de São Sebastião da Boa Vista, que possui mais servidores com cargo técnico do que do quadro administrativo; k) somente em Portel e Soure é que possuem servidor no cargo de analista de sistema; l) em quase todos os municípios há demanda por profissional analista de sistema, e de especialistas em Educação (em Afuá) e em gestão administrativa (Portel e São Sebastião da Boa Vista).

Ficou definido que esse levantamento será enviado formalmente pelo GAEPE aos prefeitos municipais e secretários de educação do Marajó, para conhecimento e adoção de providências devidas, conforme a realidade e possibilidade financeira de cada gestão municipal. E foi solicitado aos municípios que ainda não responderam ao formulário, que isso seja feito o mais breve possível.

Com relação à avaliação da participação dos secretários de educação no evento realizado em Sobral/CE, no período de 30/11 a 01/12/2022, sobre o Programa de Formação de Lideranças Educacionais do Centro Lemann, **Clara Santos** (SEMEC-Soure) relatou que o evento proporcionou muitos conhecimentos sobre a gestão educacional, e que o compromisso, o comprometimento de cada servidor da educação, é a palavra-chave que sintetiza a necessidade de realizar essa experiência nos municípios do Marajó e, com isso, melhorar os índices educacionais. Ressaltou que está conversando com a gestão municipal sobre a adesão ao Programa, visto que como o curso tem duração de dois anos é exigido como condicionalidades a permanência dos diretores escolares na rede de ensino; o suporte para conectividade dos participantes do curso, inclusive com a cessão de equipamentos de informática; a disponibilidade de 1 hora diária na

carga horária dos professores, para que estes possam participar do curso; participação dos professores nos dois encontros anuais presenciais previstos; participação técnica mensal; participação do(a) prefeito(a) e do(a) secretário(a) municipal nas reuniões semestrais previstas; presença mínima de 75% dos participantes nas atividades previstas no curso; designação do profissional da educação que assuma o papel de coordenador local do curso. A garantia de atendimento dessas condicionalidades deve ser encaminhada, por meio de questionário, até o final de dezembro/2022, e somente após isso é que será assinado o Termo de Compromisso do município perante o Centro Lemann, com a devida publicação desse Ato no diário oficial ou portal de transparência do município.

**Anete Dias** (SEMED-Cachoeira do Arari) comentou que a experiência de Sobral foi muito importante, inclusive porque foi possível conhecer as escolas com tempo integral, a relação da escola com os pais e os gestores escolares, e que está ciente das condicionalidades exigidas e interessada em incluir os seus professores nesse curso. **Klebson Glória** (SEMED-Salvaterra) falou que considera o evento em Sobral de suma importância, devido ter propiciado a participação conjunta de prefeitos e secretários de educação, o que garante o envolvimento de ambos os gestores no compromisso a ser assumido em prol da educação. Somente com essa participação conjunta é que será possível se avançar nas ações a serem desenvolvidas para melhorar os indicadores educacionais na região.

**Kelly Salomão** (SEMED-Afuá) informou que não foi possível participar do evento, mas que o município se fez presente em Sobral por meio de uma técnica educacional da SEMED, e que pelas informações que lhe foram repassadas compreendeu a importância do evento realizado e a simbologia que Sobral possui atualmente no cenário nacional da educação. Ressaltou que o prefeito municipal já assumiu o compromisso de que todos os técnicos educacionais e gestores escolares de Afuá irão participar do curso, e que isto deverá fazer uma grande diferença na educação do município. **Elde Pereira** (SEMED-Muaná) informou que retornou de Sobral muito entusiasmado e feliz, porque muitas das ações previstas pelo Programa de Formação já estão sendo realizadas ou estão em planejamento pela SEMED de Muaná. Entretanto, a maior dificuldade encontrada é fazer com que os gestores escolares executem as ações que são planejadas pela Secretaria, portanto acredita que o curso do Centro Lemann irá ajudar na solução desse problema, pois está centrado na formação de lideranças voltadas para o planejamento da educação. Assinalou que já conversou com o prefeito e que todos os gestores escolares do município irão participar do curso.

Até o final de dezembro/2022 o Centro Lemann deverá enviar o questionário para preenchimento pelos 10 municípios selecionados para participar do Programa de Formação em 2023, devendo estes manifestarem o seu interesse e o registro do Termo de Aceite. Ficou definido que o TCM/PA irá acompanhar essa etapa, em conjunto com a direção do Centro Lemann. Paralelamente a isso, o TCM/PA irá realizar um levantamento sobre como se encontra o processo de escolha de diretores escolares em todos os municípios, para que posteriormente se possa definir uma estratégia de ação mais consistente para aprimoramento dessa ação, inclusive com a elaboração de nota técnica para definir critérios a serem cumpridos para o exercício do encargo de gestor escolar e introdução de ações de capacitação desses profissionais, com o apoio do próprio Centro Lemann, que possui experiência nesse tema.

**Hércio Ferreira e Eduardo Vieira** (IEMCI/UFPA) comunicaram que o processo referente ao curso de formação continuada para o aperfeiçoamento dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental dos municípios do Marajó está tramitando internamente na UFPA, após ter sido vencidas todas as etapas junto ao MEC, e que já se encontra em fase de realização do convênio entre a Universidade e a FADESP. Esse curso terá o Prof. Hércio na coordenação administrativa e a Prof<sup>a</sup>. Lilian Pereira na coordenação pedagógica. Logo após a assinatura e publicação do convênio, será possível a execução do curso em 2023, faltando apenas a definição da data do seu início.

Com relação a isso, Hércio explicou que: a) o curso abrange os 17 municípios do Marajó; b) o seu nível é de aperfeiçoamento, com 240 horas de carga horária; c) a modalidade é presencial, com turmas de 30 alunos por município, totalizando 510 professores cursistas; d) o perfil do professor cursista é que atue nas escolas dos campos, floresta e rios, de escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas; e) os 27

professores formadores serão oriundos da UFPA; f) o curso abrangerá dois módulos, de alfabetização e letramento em matemática, e também em língua portuguesa, sendo cada módulo com 120 horas de carga horária, com previsão inicial do 1º módulo em janeiro/fevereiro e o 2º módulo em julho. Entretanto, é necessário reunir com os secretários de educação de todos os municípios do Marajó, com vistas a melhor adequar esse planejamento, tendo em vista a proximidade da etapa a começar em janeiro e os trâmites administrativos ainda a ocorrerem na UFPA. É possível iniciar esse curso em março/2023, mas isto irá implicar no afastamento dos professores cursistas em plena execução do ano letivo nas escolas municipais; g) as aulas serão realizadas presencialmente de segunda-feira a sábado, durante a manhã e à tarde.

Como ainda não está definido o calendário das aulas desse curso, foi apresentado, como Plano A, a realização do 1º módulo nos primeiros oito municípios nos períodos de 16 a 21/01/2023 e de 23 a 28/01/2023, e nos demais nove municípios nos períodos de 30/01 a 04/02/2023 e de 06 a 11/02/2023. Alternativamente, como Plano B, a realização do 1º módulo nos primeiros oito municípios no período de 30/01 a 04/02/2023, e nos demais nove municípios no período de 13 a 18/02/2023. E, como Plano C, a realização do 1º módulo nos primeiros oito municípios nos períodos de 27/02 a 04/03/2023 e de 06 a 11/03/2023, e nos demais nove municípios nos períodos de 13 a 18/03/2023 e de 20 a 25/03/2023. Independente da escolha dos períodos mais adequados, cada município deverá assinar um Termo de adesão e indicar o responsável na SEMED pela gestão local do curso e pela articulação com as Instituições envolvidas. A hospedagem, a alimentação e o deslocamento dos professores cursistas serão de responsabilidade do município, assim como a infraestrutura física e de equipamentos necessários para a realização do curso.

Ficou definida uma reunião de trabalho específica a ocorrer ainda em dezembro/2022, com a participação de todos os secretários municipais de educação, para definição dos períodos apropriados para a realização do 1º módulo do curso e a devida adesão dos municípios.

**Kelly Salomão** e **Neila Guedes** (SEMED-Afuá) apresentaram os resultados obtidos pelo levantamento realizado pelo GT 4 do GAEPE sobre a alimentação escolar na rede de ensino dos municípios do Marajó. Dos 16 municípios que responderam ao levantamento (com exceção de Portel), o resultado foi o seguinte: a) 06 gestores da alimentação escolar são concursados, 09 possuem contrato de trabalho, e 01 é prestador de serviços, ou seja, apenas 1/3 dos servidores tem estabilidade no emprego; b) 07 servidores estão na alimentação escolar desde 2021-2022, 05 desde o início dos anos 2010, e 04 desde os anos 2000, o que significa que quando ocorre mudança na gestão municipal, há substituição direta dos contratados ou prestadores de serviços; c) 15 servidores são cadastrados no SIMEC (com exceção de Bagre); d) em 09 municípios existe somente 01 nutricionista realizando todas as atividades pertinentes à gestão da alimentação escolar, e nos demais existem outros nutricionistas compondo o quadro técnico da Entidade Executora (EEx); e) em 15 municípios a gestão do PNAE é centralizada, com a compra e distribuição para as escolas realizada pela SEMED (com exceção de Currallinho); f) em 11 municípios ocorre a complementação aos recursos repassados pelo PNAE na aquisição de gêneros alimentícios, e em 05 é voltada para a logística de distribuição de alimentos; g) somente 14 municípios realizaram a Chamada Pública em 2021, por diversas formas de divulgação; h) são diversas as atividades realizadas pela EEx para a elaboração dos cardápios da alimentação escolar; i) a aquisição de alimentos da agricultura familiar realizada não foi majoritariamente de algum grupo prioritário; j) os produtos adquiridos da agricultura familiar em 2021 foram alimentos processados; k) somente em Chaves, Melgaço e Gurupá é que as EEx dispõem de transporte adequado para a distribuição dos gêneros alimentícios; l) somente em Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currallinho, Gurupá, Melgaço e Soure é que existe depósito adequado para armazenamento da alimentação escolar; m) em apenas 07 municípios existe o serviço de inspeção municipal; n) dentre as principais demandas solicitadas pelos agricultores familiares para participação no PNAE, destacam-se a emissão de DAP, elaboração de projeto de venda, e assistência técnica em sua produção; o) dentre as principais dificuldades apresentadas pelo agricultor na produção, destacam-se o custo elevado dos insumos, pouco volume de produção, e problemas com a comercialização; p) e dentre os principais motivos que os agricultores deixam de fornecer para o PNAE, destacam-se a falta de capital

de giro, a falta de meio de transporte próprio da organização, e o pouco volume de produção, regularidade na produção, falta de certificação sanitária.

Ficou definido que esse levantamento será enviado formalmente pelo GAEPE aos prefeitos municipais e secretários de educação do Marajó, para conhecimento e adoção de providências devidas. O levantamento será dado conhecimento ao MEC, ao FNDE e à EMATER/PA, posteriormente, para que possa em parceria com essas Instituições encontrar alternativas de solução para essas dificuldades ocorrentes.

**Elen Moraes** (TCM/PA) fez um breve esclarecimento sobre o levantamento das obras paralisadas na área da educação nos municípios do Marajó, com recursos repassados pelo FNDE. Informou que durante o período de agosto-outubro/2022 enviou aos municípios um quadro contendo a relação de obras em situação de paralisação, conclusão, em execução, e outras situações, para que analisassem cada caso e confirmassem o status atual dessas obras. A maioria dos municípios respondeu, com exceção de Gurupá, Ponta de Pedras e Salvaterra. No caso específico de São Sebastião da Boa Vista, foi informado que a SEMED já tentou a repactuação de suas obras junto ao FNDE, mas que até agora não se tem notícia do retorno daquela Instituição. No geral, o resultado é que de acordo com esse levantamento existem em todo o Marajó 121 obras inacabadas e 15 obras paralisadas. O relatório sobre essa questão ainda se encontra em fase de conclusão.

Foi solicitado que o relatório seja concluído o mais breve possível, para que possa identificar os pontos relacionados a essas obras paralisadas que merecem uma interlocução em Brasília, junto ao MEC, ao FNDE e até mesmo ao TCU, devendo isto ocorrer provavelmente em fevereiro/2023.

**Alessandra Gotti** (ARTICULE) apresentou a manifestação nº 01 do GAEPE, sobre a necessidade de autonomia financeira dos secretários municipais de educação para o efetivo planejamento da gestão educacional no Marajó. Com base em diversas considerações, a manifestação é direcionada aos prefeitos dos 17 municípios do Marajó para reforçar a necessidade de autonomia financeira dos secretários municipais de educação, tanto como ordenadores de despesa quanto como efetivos gestores do processo de planejamento da gestão educacional municipal, garantindo-lhes concomitantemente responsabilidade e autonomia na gestão administrativa dos recursos vinculados à educação, e na gestão pedagógica da rede municipal de ensino, em consonância com os respectivos planos municipais de governo.

Esta manifestação foi aprovada por unanimidade, devendo ser encaminhada de imediato aos prefeitos e secretários de educação dos municípios do Marajó.

**Alessandra Gotti** (ARTICULE) apresentou a manifestação nº 02 do GAEPE, sobre a necessidade de equiparação das populações ribeirinhas às populações indígenas e quilombolas e de reajuste e diferenciação nos valores *per capita* da alimentação escolar repassados pelo FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aos municípios integrantes do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará. Com base em diversas considerações, a manifestação é direcionada ao núcleo de Educação da equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, com a preposição de: a) inclusão, nos mesmos parâmetros já concedidos às escolas indígenas e quilombolas na definição do *per capita* do PNAE, das escolas localizadas em áreas ribeirinhas, que se constituem na sua maioria em regiões como a Amazônia, e sobretudo nos municípios do Arquipélago do Marajó; b) inclusão, na definição dos valores per capita do PNAE, do princípio da redução das desigualdades financeiras entre os entes subnacionais, concedendo aos entes com baixo IDH e IDHM e baixa capacidade de arrecadação financeira, valores diferenciados no per capita do PNAE, possibilitando a estes os recursos necessários para oferecer uma alimentação escolar adequada; c) imediato reajuste dos valores per capita do PNAE para o exercício de 2023 e subsequentes.

Esta manifestação foi aprovada por unanimidade, devendo ser encaminhada de imediato ao núcleo de Educação da equipe de transição do governo eleito, e para conhecimento dos prefeitos e secretários de educação dos municípios do Marajó. No início de 2023, esse documento será enviado para os novos dirigentes do MEC e FNDE, para conhecimento e perspectiva de acolhimento dessa iniciativa.



Nada mais sendo discutido, **Alessandra Gotti** (ARTICULE), **Cezar Colares** e **Adriana Oliveira** (TCM/PA) encerraram a reunião, agradecendo a presença de todos.

**TCM/PA \* Instituto Article**  
Grupo Gestor do GAEPE Arquipélago do Marajó